



INTERNATIONAL CENTRE FOR  
TRADE AND SUSTAINABLE  
DEVELOPMENT



FUNDAÇÃO  
GETULIO VARGAS



08 de fevereiro de 2008

Vol. 3 No. 2

<b>NOTÍCIAS MULTILATERAIS</b>	<b>1</b>
Membros buscam mais clareza nas negociações enquanto esperam avanços em modalidades	1
Davos: um novo impulso às negociações da OMC?	2
<b>NOTÍCIAS REGIONAIS</b>	<b>4</b>
O embargo europeu à carne brasileira poderá terminar na OMC?	4
Plano energético da UE pode afetar biocombustível brasileiro	5
<b>BREVES INFORMES MULTILATERAIS</b>	<b>7</b>
CDB: avanços rumo a um regime internacional de acesso e distribuição de benefícios	7
Comitê da OMC abre caminho para a adesão da Ucrânia	7
Empresas devem compartilhar patentes ambientais	8
<b>BREVES INFORMES REGIONAIS</b>	<b>8</b>
China expande negociações comerciais com Chile e Peru	8
<b>EVENTOS</b>	<b>10</b>
Fóruns Multilaterais	10
Fóruns Regionais	10
<b>INFORMAÇÕES ÚTEIS</b>	<b>10</b>

## NOTÍCIAS MULTILATERAIS

### Membros buscam mais clareza nas negociações enquanto esperam avanços em modalidades

Os Membros da OMC deparam-se com um desafio inevitável ao tentarem concluir, mais uma vez, as conturbadas negociações da Rodada Doha: como definir um acordo quadro para modalidades de agricultura e acesso a mercado de produtos não agrícolas (NAMA, sigla em inglês) – previsto agora para março ou abril – uma vez que as demais questões das negociações ainda não foram resolvidas?

O Japão aceitará cortes tarifários e reduções de subsídios agrícolas mesmo correndo o risco de não conseguir as tão esperadas reformas relativas à regulamentação *antidumping*? Qual será a reação da União Européia (UE) às oposições internas à reforma agrícola, uma vez que não há nenhuma garantia de que o bloco receberá novas proteções de indicações geográficas (como o presunto *Parma* e o queijo *Roquefort*), ou ainda oportunidades de investimentos internacionais seguras para suas empresas de serviços? Até onde a Índia está disposta a ir no que se refere a cortes de tarifas agrícolas e industriais já que o país não possui nenhuma certeza de que haverá novas concessões para o seu crescente setor de informação e tecnologia?

O Diretor-Geral da OMC, Pascal Lamy, acredita que levar muitos temas para a mesa de negociações da reunião “mini-ministerial” (prevista para a Páscoa) pode diminuir as chances de um real acordo sobre modalidades. Diversos Membros já solicitaram esclarecimentos sobre os temas que serão abordados durante a reunião e aqueles que serão deixados de fora.

Se não chegarem a nenhum acordo sobre modalidades até março, os países não terão tempo suficiente para concluir a Rodada ainda este ano.

**PONTES Quinzenal** também está disponível [online](#) e é atualizado a cada duas semanas.

Caso deseje cadastrar-se (gratuitamente) em nossa lista de envio do **Pontes Quinzenal**, envie uma mensagem para [pontes@ictsd.ch](mailto:pontes@ictsd.ch). No título do e-mail escreva “inscrição” e, no corpo do texto, indique seus dados (nome completo e profissão) e como conheceu o periódico.

É importante que os Membros recepcionem bem os textos que serão publicados na próxima semana pelos presidentes dos comitês de agricultura e NAMA da OMC, já que tais documentos servirão de base para o início das negociações “horizontais” entre setores (ou seja, os Membros fazem concessões em um determinado setor em troca de concessões em outros).

A Representante Comercial dos Estados Unidos da América (EUA), Susan Schwab, chamou atenção dos Membros sobre o perigo de complicar demasiadamente a agenda de modalidades durante a reunião ministerial. Ela acredita que os países precisam identificar uma base mínima de concessões sobre a qual estão dispostos a negociar.

### **Compromisso único não traz conforto**

A Rodada Doha de negociações da OMC possuiu um mecanismo peculiar conhecido como *single undertaking* (compromisso único), que consiste na negociação de um único pacote de objetivos, ou na negociação de vários objetivos de forma única. Em outras palavras, nada está acordado até que tudo esteja acordado. Na prática, entretanto, são vários os Membros que desejam avançar em diversas áreas ao mesmo tempo.

### **Membros priorizam temas**

Na reunião do Comitê de Negociações Comerciais da OMC (TNC, sigla em inglês), diversas delegações apresentaram os temas que desejam abordar antes ou durante o processo de negociações “horizontal”. A UE sinalizou que deseja negociar serviços e indicações geográficas, mas a Argentina já afirmou que somente negociará indicações geográficas na próxima rodada da OMC. A Índia ressaltou a importância dos Membros alcançarem um sólido entendimento comum sobre qualquer processo horizontal, como por exemplo, se haverá participação de ministros ou somente funcionários comerciais de alto escalão e quais temas serão abordados. A Índia também afirmou que suas áreas prioritárias são: (i) serviços; (ii) um novo texto sobre *antidumping*; e (iii) uma proposta de emenda às regras de propriedade intelectual da OMC referentes à revelação de origem de recursos biológicos e conhecimento tradicional.

### **Necessidade de maior clareza**

A abrangente diversidade de assuntos abordados durante a reunião do TNC levou o Brasil a alertar os Membros para uma possível perda de foco ao longo das negociações. O país ressaltou a importância dos temas agricultura e NAMA, ao passo que a Noruega

enfatizou a necessidade de maior clareza sobre exatamente quais temas serão discutidos.

Ao final da reunião, Pascal Lamy concluiu que há clareza quanto ao procedimento, mas não quanto aos parâmetros e lembrou os Membros que o Acordo Quadro de 2004 e a Declaração de Hong Kong de 2005 colocam agricultura e NAMA como itens prioritários das negociações.

### **A Rodada conseguirá adquirir novo fôlego até a Páscoa?**

As delegações farão uma breve pausa após a publicação dos textos sobre agricultura e NAMA. O objetivo é permitir maior reflexão por parte dos delegados e a realização de consultas com as capitais. Essa pausa será seguida de discussões multilaterais nos respectivos grupos de negociação, e finalmente, haverá uma discussão multi-setorial com base nos dois textos.

Alguns negociadores comerciais acreditam que as conversas nos dois grupos de negociação devem incluir consultas de “Sala E”, das quais participam embaixadores de apenas alguns países. Também foi levantada a possibilidade de que os textos sejam modificados antes mesmo do início do processo de negociação horizontal, o que envolveria negociadores e funcionários comerciais de alto escalão e, em última instância, ministros.

Susan Schwab acredita que um número significativo de temas (aproximadamente 40) no contexto das negociações agrícolas precisa ser solucionado antes da reunião final dos ministros.

Muitos acreditam que a Rodada Doha está fadada ao fracasso. Um delegado que não quis identificar-se assegurou que a Páscoa – que cai este ano no dia 22 de março – ainda é muito cedo para que uma mini-ministerial reanime a Rodada. Para ele, a primeira metade de abril é uma data mais realista.

Tradução e adaptação de artigo originalmente publicado em *Bridges Weekly Trade News Digest* Vol. 12, N. 4, 02 fev. 2008.

---

### **Davos: um novo impulso às negociações da OMC?**

Algumas das maiores economias do mundo voltaram a pedir esforços para que se chegue a um acordo nas negociações de comércio internacional no marco da Rodada Doha. A esse pedido, soma-se a ansiedade generalizada quanto à situação da economia mundial.

Os ministros de comércio de Brasil, Estados Unidos da América (EUA), Índia, África do Sul e d União Européia (UE), junto a dezenas de outros países, reuniram-se na cidade de Davos, Suíça, em 26 de janeiro. Os participantes pediram maiores esforços por parte dos governos para que se chegue a um acordo sobre redução tarifária até meados de março ou início de abril. A idéia é que esse acordo abra caminho para a conclusão das negociações no final do ano. O novo impulso para um acordo sobre as modalidades de negociação deve ocorrer no início de fevereiro, quando os presidentes dos grupos de negociação de Agricultura e de Acesso a Mercados Não-Agrícolas (NAMA, sigla em inglês) circularão as novas versões dos esboços de texto do acordo.

Conforme as discussões nos respectivos grupos de negociação seguem caminho, os textos servirão de base para o processo “horizontal” de negociações, no qual embaixadores e funcionários comerciais de alto escalão farão concessões relativas em cada um dos dois temas. Caso os governos consigam reduzir significativamente as diferenças, é possível imaginar uma reunião de ministros. Somente essa reunião decidirá sobre assuntos mais controversos, que determinarão os futuros níveis de tarifas e subsídios.

O Comissário de Comércio da UE, Peter Mandelson, afirmou, em Davos, que a Rodada só poderá ser finalizada com êxito se as negociações forem concluídas neste ano, principalmente por força das eleições presidenciais nos EUA.

Os pedidos ministeriais relacionados à Rodada Doha são cada vez mais comuns nas cúpulas anuais do Fórum Econômico Mundial, celebradas em Davos. De modo geral, tais pedidos carecem de efetividade. Não obstante, a volatilidade dos mercados financeiros somada à crescente preocupação quanto a uma possível recessão na economia estadunidense intensificaram a sensação de urgência com relação à conclusão da Rodada.

O Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, afirmou que a “janela de oportunidade”, à qual havia feito referência há um ano, transformou-se em uma “janela de necessidade”. Em referência à instabilidade nos mercados, que se seguiu à crise hipotecária nos EUA, Amorim tem esperanças de que o contexto traga aos negociadores de Doha um senso de urgência.

Amorim também afirmou que os próximos três meses serão cruciais para as negociações, mas ressaltou que um acordo deve permitir às indústrias dos países em desenvolvimento a mesma flexibilidade em matéria de concorrência que está sendo oferecida aos países

desenvolvidos e setores agrícolas politicamente sensíveis. Amorim argumentou, ainda, que as diferenças já não são tão grandes em termos numéricos, mas sim políticos e econômicos.

### **Fórum Social Mundial promove eventos simultâneos em diversas cidades do mundo**

A VII edição do Fórum Social Mundial (FSM) – evento que, por tradição, ocorre paralelamente a Davos e que apresenta uma agenda de contestação ao Fórum Econômico – apresentou uma forma diferente de organização. Isso porque, no início de 2007, o Conselho Internacional do FSM, constituído por 147 organizações de todo o mundo, decidiu criar um guia para as cidades que desejassem candidatar-se à sede do evento nos anos seguintes, com o objetivo de evitar erros recorrentes na organização do mesmo.

A iniciativa foi resultado de questionamentos acerca do modelo de mobilização promovido pelo FSM, acusado de ter sido “elitizado”, uma vez que os custos de deslocamento dos ativistas à cidade-sede eram muito elevados. Assim, optou-se por um modelo descentralizado do Fórum em 2008: pela primeira vez desde a sua criação, o evento não apresentou uma sede global – tampouco três, como foi o caso da VI edição –, mas foi constituído de 48h de manifestações durante Davos. Com isso, os organizadores do Fórum buscaram aprofundar seus vínculos com as populações locais. Mais do que isso, segundo Chico Whitaker, um dos idealizadores do Fórum, o objetivo foi “mostrar que nós, que queremos mudar o mundo, somos muitos e estamos em todos os lugares”.

Dessa forma, em 2008, o Fórum reuniu, em diversos países, movimentos sociais, redes e organizações não-governamentais e outras organizações da sociedade civil. O Comitê Internacional solicitou que todas as atividades fossem concentradas no dia 26 de janeiro, definido como “Dia da Ação Global”. Um mapa de todos locais nos que as atividades foram empreendidas pode ser consultado no link: <<http://www.wsf2008.net/>>.

No Brasil, o VII FSM ocorreu em oito cidades: São Paulo, Rio de Janeiro, Fortaleza, Porto Alegre, Belo Horizonte, Curitiba, Salvador e Belém. As atividades abrangeram diversos temas, desde aquecimento global até direitos trabalhistas. No Rio de Janeiro, tendas indicavam os seguintes temas: Idéias, Trocas e Economia Solidária, Conexão Mundial, Audiovisual e Artes Cênicas. Em São Paulo, um dos eventos de destaque foi o “Sábado Feira”, que, além de objetivar a partilha de ações e projetos, dedicou-se à economia solidária, que consiste, em linhas gerais, na troca de objetos sem a intermediação de dinheiro. Em Curitiba,

uma passeata de bicicletas chamou atenção para esse meio de transporte viável e menos poluidor. Houve também uma marcha de mobilização pelo Fórum Social do Mercosul, que ocorrerá entre 18 e 21 de abril.

Para alguns analistas, a descentralização enfraqueceu o FSM. O cientista político Bolívar Lamounier afirmou que “certamente houve um enfraquecimento. Que eles façam reuniões para mostrar que há um mal-estar acho razoável. Agora, não vai além disso. O evento é mais sintoma que solução”. Considerado um evento em constante evolução pelos membros do comitê organizador, resta saber o que será decidido, a partir da experiência de 2008, para a VIII edição do FSM.

Redação e tradução de artigo originalmente publicado em *Puentes Quinzenal*, Vol. 5, No. 2, 29 jan. 2008.

Fontes consultadas:

Folha de São Paulo. “No divã, Fórum Social cria ‘manual’ para sobreviver”. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u89055.shtml>>. Acesso em: 7 fev. 2008.

Site oficial Fórum Social Mundial no Brasil. Disponível em: <<http://www.forumsocialmundial.org.br/>>. Acesso em: 7 fev. 2008.

Site oficial *World Social Forum*. Disponível em: <<http://www.wsf2008.net/>>. Acesso em: 7 fev. 2008.

## NOTÍCIAS REGIONAIS

### **O embargo europeu à carne brasileira poderá terminar na OMC?**

A União Européia (UE) decidiu suspender, a partir de 1º de fevereiro de 2008 e por tempo indeterminado, as importações de carne *in natura* provenientes do Brasil. A decisão foi tomada após a UE ter recebido do governo brasileiro uma lista de propriedades rurais que excedia em 10 vezes o número que havia sido solicitado pelos europeus (em 2007, a UE pediu ao governo brasileiro uma lista de fazendas consideradas aptas a exportar carne para a Europa). Uma missão de inspeção da UE deve visitar o Brasil em 25 de fevereiro próximo. O embargo poderá reduzir em até US\$ 180 milhões a receita de exportações do Brasil.

O Brasil é líder mundial de exportação de carne bovina desde 2003. 29,5% das exportações brasileiras de

carne fresca são destinadas ao mercado europeu, o mais importante para os produtores brasileiros. Em 2007, o Brasil exportou o equivalente a US\$ 1,02 bilhões em carne para a UE.

Além da UE, a Suíça também suspendeu suas importações de carne fresca do Brasil alegando falta de capacidade do governo brasileiro de indicar as fazendas que se enquadram nos padrões de exportação europeus. Por fazer fronteira com a França, Alemanha e Itália, a Suíça segue os mesmos padrões de exigência da UE.

### **Implicações para o mercado europeu**

O preço da carne na Europa não deverá aumentar com o embargo à carne brasileira, já que o Brasil supre apenas 5% das necessidades desse mercado. Segundo informações de importadores de Bruxelas e da Grã-Bretanha, os europeus devem passar a importar mais carne da Argentina, Austrália e Uruguai. O conselheiro argentino de Agricultura para a UE, Gustavo Idígoras, afirmou, entretanto, que o país não tem capacidade produtiva para suprir o volume de exportações brasileiras.

### **A posição brasileira**

O governo brasileiro confeccionou, conforme exigido pela UE em 2007, uma lista com os nomes das fazendas que se adequam aos padrões de exportação exigidos pela Europa. A lista enviada, entretanto, é quase dez vezes maior do que aquela sugerida pelos europeus, possuindo 2,6 mil nomes ao invés de 300. O governo brasileiro afirmou não poder discriminar nenhuma das 2.600 propriedades rurais, pois todas cumprem com as exigências da UE.

O Brasil contesta as exigências sanitárias européias para importação de carne *in natura* há mais de oito anos, (em especial no que tange à garantia de que o gado encontre-se há mais de 40 dias na propriedade e há mais de 90 dias em um estado livre de febre aftosa. A UE alega que o Brasil não possui capacidade técnica para inspecionar todas as dez mil fazendas inscritas no Serviço de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos (Sisbov). Em dezembro passado a UE alegou que o governo brasileiro só conseguiria inspecionar 3% das fazendas inscritas no Sisbov, o que representaria 300 propriedades. A definição dos 3% permanece incerta.

Ao perceber que sua capacidade de inspeção não atenderia às necessidades do mercado importador, o governo brasileiro transferiu a administração do Sisbov, que estava a cargo da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo, para a Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, que

possui cerca de 900 técnicos e conta com o apoio das equipes das secretarias estaduais.

O presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec), Marcus Vinícius Pratini de Moraes, considerou o embargo da UE uma ação comercial e não sanitária, que poderia ser solucionada na OMC, conforme já ocorreu nos casos do algodão e do açúcar (ver Pontes Quinzenal v.1, n. 16, 06 set. 2006 e Pontes Quinzenal v. 1 n. 11, 14 jun 2006). Segundo o Secretário de Agricultura de São Paulo, João Sampaio, ao estabelecer que só importará carne proveniente de 300 fazendas brasileiras, a UE cria uma cota, o que fere os princípios da OMC.

Apesar da possibilidade de uma disputa na OMC, o Itamaraty ainda não considera que o embargo afete a posição do Brasil na Rodada Doha nem em uma possível retomada das negociações para um acordo bilateral entre Mercosul e UE. Para o governo brasileiro, a decisão da UE não foi nenhuma surpresa, pois a UE já anunciava a possibilidade de tais medidas há algum tempo. Além disto, os fazendeiros brasileiros há tempos relutam em adotar um sistema de rastreabilidade do gado, o que certamente acelerou a decisão do embargo por parte da UE.

O Ministro da Agricultura brasileiro, Reinhold Stephanes, afirmou durante visita a uma exposição agrícola em Santa Catarina, que o Brasil considera a possibilidade de levar a decisão da UE aos tribunais da OMC. Stephanes ressaltou que uma disputa no Órgão de Solução de Controvérsias poderia durar até dois anos, um prazo muito longo para o Brasil. O Ministério espera que a situação seja solucionada em até 90 dias.

No dia 6 de fevereiro, o governo brasileiro admitiu a existência de certas falhas na primeira lista de fazendas enviada à UE e reduziu a relação de 2.681 para 600 propriedades. Tais falhas referem-se a dados como: (i) ausência de documentos sobre a importação de animais; (ii) inexistência de notas fiscais; e (iii) falta do número do Cadastro de Pessoa Física (CPF) dos donos de alguns rebanhos. A nova listagem será submetida à UE no próximo dia 14. O Brasil espera que a lista seja aceita e deve argumentar que 300 fazendas não são suficientes para suprir a demanda europeia de carne fresca.

Reportagem Equipe Pontes

Fontes consultadas

Agência Brasil. Ministério considera arbitrário embargo da União Européia à carne brasileira. (30 jan. 2008). Disponível em: <<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2008/01/30/m>

ateria.2008-01-30.5163293147/view>. Acesso em: 4 fev. 2008.

O Estado de São Paulo. UE recusa lista de 2,6 mil fazendas e suspende compra de carne do Brasil. (31 jan. 2008). Disponível em: <<http://www.estado.com.br/editorias/2008/01/31/eco-1.93.4.20080131.42.1.xml>>. Acesso em: 31 jan. 2008.

O Estado de São Paulo. Perda com embargo pode chegar a US\$ 180 milhões. (31 jan. 2008). Disponível em: <<http://www.estado.com.br/editorias/2008/01/31/eco-1.93.4.20080131.37.1.xml>>. Acesso em: 31 jan. 2008.

O Estado de São Paulo. Itamaraty não vê entraves à conclusão da Rodada Doha. (31 jan. 2008). Disponível em: <<http://www.estado.com.br/editorias/2008/01/31/eco-1.93.4.20080131.34.1.xml>>. Acesso em: 31 jan. 2008.

Folha de São Paulo. Ministro diz que país pode recorrer à OMC. (2 fev. 2008). Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u368856.shtml>>. Acesso em: 4 fev. 2008.

O Estado de São Paulo. Governo tira 2.081 fazendas da lista de exportadoras de carne para UE. (07 fev. 2008). Disponível em: <<http://www.estado.com.br/editorias/2008/02/07/eco-1.93.4.20080207.39.1.xml>>. Acesso em: 07 fev. 2008.

---

### **Plano energético da UE pode afetar biocombustível brasileiro**

No dia 23 de janeiro, a Comissão Européia (CE), órgão executivo da União Européia (UE), apresentou sua proposta de um plano energético que deve traçar o caminho a ser seguido pelos países do bloco para que a UE consiga cumprir o compromisso de reduzir suas emissões de gás de efeito estufa em 20% e aumentar, também em 20%, a utilização de energias renováveis, ambos até 2020 em relação aos patamares de 1990. Além disso, a proposta também estabelece medidas que visam alcançar a meta de que os biocombustíveis representem 10% de todo combustível consumido pelo setor de transportes europeu em 2020.

Esses compromissos foram assumidos pela UE em março de 2007, quando os chefes de Estado europeus elaboraram a “Política Energética para a Europa”.

De acordo com a proposta da CE, todos os compromissos deverão ser divididos entre os países Membros da UE de forma equitativa, ou seja, de maneira que os países mais desenvolvidos assumam

metas mais rígidas enquanto os menos desenvolvidos enfrentem compromissos menos ambiciosos. Dessa forma, cada Estado Membro da UE terá metas individuais baseadas em alguns critérios, como o nível de renda, população e esforços já realizados.

O presidente da CE, José Manuel Barroso, informou que tal pacote energético custaria a cada cidadão europeu EUR\$ 3 por semana, o que representa menos de um décimo do valor estimado do gasto com adaptações caso nenhuma ação seja tomada para combater o problema das mudanças climáticas.

### Regras para a produção dos biocombustíveis

O objetivo de que 10% do combustível consumido pelo setor de transporte europeu seja derivado de biocombustíveis tem se mostrado bastante polêmico entre os europeus. Isso porque a sustentabilidade dos biocombustíveis vem sendo questionada, principalmente neste último ano. Diversos representantes da sociedade civil, entre eles a *Oxfam* e a *Friends of the Earth*, já alertaram a CE que a produção de biocombustíveis em larga escala pode trazer conseqüências negativas diretas e indiretas, como a alta dos preços dos produtos alimentícios, escassez de água, entre outros problemas que afetariam especialmente os países mais pobres.

Por esse motivo, a proposta apresentada recentemente determina novas restrições à produção dos biocombustíveis. Para que sejam considerados verdadeiramente “verdes”, os biocombustíveis deverão garantir um percentual mínimo de redução nas emissões de dióxido de carbono em comparação ao petróleo. Além disso, o cultivo da matéria-prima dos biocombustíveis não poderá ser realizado em regiões com grande concentração de biodiversidade, como florestas naturais e áreas protegidas. Também não poderão ser produzidos com matérias-primas provenientes de áreas que, até janeiro de 2008, tinham até 30% de sua superfície coberta por árvores de mais de cinco metros de altura. Por fim, o cultivo das matérias-primas também deverá atender a critérios de melhores práticas agrícolas. Essas novas restrições deverão aplicar-se tanto à produção interna de biocombustíveis quanto aos biocombustíveis importados pela UE.

A CE afirma que, tecnicamente, a UE possui capacidade interna de produzir biocombustíveis, mas acredita na possibilidade de ser necessário combinar a produção doméstica com a importação de terceiros países.

### Impactos no comércio internacional de biocombustíveis

Essas medidas deverão afetar principalmente as exportações para a UE de países do sudeste asiático, como Malásia e Indonésia, grandes produtores de óleo de palma. Também devem afetar os produtores de etanol e biodiesel da América Latina, como do Brasil, e dos Estados Unidos da América (EUA). Sobre o assunto, alguns produtores de biodiesel estadunidenses estudam o plano energético da CE a fim de avaliar se as novas restrições constituem ou não barreiras ao biodiesel estadunidense. Produtores da indústria de óleo de palma da Malásia já entendem que tais restrições constituem barreiras não-tarifárias ao comércio internacional.

No que tange aos biocombustíveis brasileiros, as novas regras européias poderão afetar a exportação do país no setor, já que o conceito de “área de grande concentração de biodiversidade” é bastante amplo e, a depender de definição posterior, poderá ser usado contra a produção brasileira de biocombustíveis.

Por outro lado, o etanol e o biodiesel brasileiros poderão ser beneficiados pelo requisito de um percentual mínimo de redução de emissões de CO<sub>2</sub>. Isso porque, segundo estudos realizados pela CE e pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), o álcool brasileiro é o biocombustível com maior capacidade de redução das emissões. Os veículos movidos a esse tipo de combustível, obtido a partir das plantações de cana-de-açúcar, chegam a emitir 90% a menos de gases de efeito estufa. Em comparação, o álcool estadunidense é capaz de reduzir emissões em, no máximo, 13%.

O problema é que é bastante provável que a UE estabeleça um percentual bastante baixo, entre 10% e 20%, para não excluir os biocombustíveis produzidos por sua própria indústria doméstica, que, segundo, os estudos mencionados anteriormente, reduzem cerca de 40% das emissões.

### Próximos passos

A proposta ainda passará por um longo processo antes de ser colocada em prática. Para tanto, deverá ser avaliada e possivelmente emendada pelo Parlamento Europeu e por cada um dos Estados Membros da UE, que, por fim, deverão aprová-la para que finalmente entre em vigor. Estima-se que todo esse processo deva levar aproximadamente dois anos.

Tradução, adaptação e complementação de artigos originalmente publicados em *Bridges Trade BioRes*, v. 8, n. 1, 25 jan. 2008 e *Puentes Quincenal*, v. 5, n. 2, 29 jan. 2008.

---

**BREVES INFORMES MULTILATERAIS**

---

**CDB: avanços rumo a um regime internacional de acesso e distribuição de benefícios**

A VI Reunião do Grupo de Trabalho Especial (GE) – de composição aberta – sobre Acesso e Participação nos Benefícios (APB) da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) foi realizada de 21 a 25 de janeiro de 2008, em Genebra. Pela primeira vez desde 2005, nenhuma delegação questionou a necessidade de um regime internacional legalmente vinculante de APB. Assim, foram discutidos temas como a natureza de tal regime internacional (mais que a propriedade de sua existência), além de seu âmbito de aplicação. Embora os países latino-americanos sejam, de modo geral, favoráveis a uma convenção, outros Membros, como a União Européia (UE), preferem uma mistura de elementos vinculantes e voluntários.

Um dos campos em que houve avanço importante foi a definição dos objetivos de tal regime. Os Membros decidiram criar um grupo que discutirá e preparará uma proposta de objetivos simples para o regime. Vários Membros consideraram que a formação de tal grupo representa o verdadeiro início das negociações. Nesse sentido, o Grupo Latino-americano e do Caribe (GRULAC) propôs um texto que coloca como objetivo do regime APB “assegurar a divisão efetiva, justa e equitativa dos benefícios monetários e não-monetários surgidos a partir do uso dos recursos genéticos, derivados e de conhecimento tradicional associado, prevenindo apropriações e usos inadequados e assegurando o respeito das leis nacionais, inclusive o consentimento informado previamente e os termos mutuamente acordados do país de origem que oferece os recursos, ou do país que adquiriu esses recursos, em conformidade com a CDB”. Ainda que a redação proposta tenha sido bem recebida, considerou-se necessário definir os conceitos “apropriações”, “usos inadequados” e “derivados”. Ainda assim, todas as propostas de objetivos continuam os elementos presentes na proposta latino-americana.

Também, foram delineados e listados os componentes centrais do regime APB. Em primeiro lugar, enquanto padrões internacionais não são desenvolvidos, o regime deverá ter como base a legislação em matéria de acesso e distribuição de benefícios, a fim de buscar patamares mínimos comuns aos diferentes países. Em segundo lugar, o regime desenvolverá contratos-padrão, os quais servirão como base às negociações entre países e entes privados. Finalmente, haverá uma importante ênfase na necessidade de incrementar as capacidades de negociação, monitoramento e aplicação.

De modo geral, parece que os diversos países perceberam a necessidade e conveniência de um sistema internacional de APB. O avanço alcançado nessas discussões, após dois anos de debates, foi elogiado por especialistas internacionais. O comentário geral é que as negociações finalmente começaram. Os resultados das deliberações do Grupo de Trabalho serão submetidos à consideração na IX Conferência das Partes (CdP) da CDB, que ocorrerá de 19 a 30 de maio de 2008, em Bonn, na Alemanha.

Tradução de artigo originalmente publicado em *Puentes Quincenal*, Vol. 5, No. 2, 29 jan. 2008.

---

**Comitê da OMC abre caminho para a adesão da Ucrânia**

Após quatorze anos de negociações, a Ucrânia passou à última fase do processo de adesão à OMC. Os governos do grupo de trabalho para a adesão do país adotaram por completo o plano ucraniano de adesão à Organização.

A partir de agora, o processo de adesão será essencialmente uma formalidade. A decisão ainda deverá ser confirmada pelo Conselho Geral da OMC, que deve reunir-se no dia 5 de fevereiro. Após a aprovação do Conselho Geral, o parlamento da Ucrânia deve ratificar o acordo até o dia 4 de julho. O país passa a ser Membro da Organização 30 dias após essa ratificação.

As regras de adesão da OMC obrigaram a Ucrânia a firmar acordos bilaterais de acesso a mercado com qualquer Membro da Organização interessado nesse tipo de acordo, além de estender as promessas de liberalização a todos os Membros da OMC. O último acordo bilateral foi assinado em 18 de janeiro entre a Ucrânia e a União Européia (UE). A UE é o maior parceiro comercial da Ucrânia e representa 25% das exportações ucranianas e 42% de suas importações. Ambos os Membros consideram a possibilidade de realizarem um pacto de livre comércio bilateral.

Depois da Rússia e do Irã, a Ucrânia é o maior país a não fazer parte da OMC. Ao tornar-se Membro terá acesso garantido aos mercados de todos os demais Membros da Organização e será capaz de promover de maneira mais eficaz a abertura e a estabilidade de seus mercados domésticos, de modo a atrair mais investimentos estrangeiros.

Durante discurso no Fórum Econômico Mundial em Davos, Suíça, em 25 de janeiro, o Presidente da Ucrânia, Viktor Yushchenko, declarou que o país está aberto aos negócios e pediu maior apoio aos

processos de adesão da Ucrânia à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e, eventualmente, à UE.

Especula-se que a adesão da Ucrânia à OMC seja um tanto quanto preocupante para a Rússia, que também tem esperanças de aderir à Organização em 2008. Os dois países possuem relações econômicas bastante tensas. Ao adquirir *status* de Membro, a Ucrânia poderá bloquear a adesão russa, pois a Geórgia, outro país da ex-União Soviética que também possui uma relação problemática com Moscou, já ameaçou bloquear a Rússia no passado. De acordo com a Agência *France Presse*, a Primeira Ministra da Ucrânia, Yulia Tymoshenko, negou essas alegações e afirmou que a adesão é uma ferramenta útil para a promoção da integração econômica, e não para pressionar nenhum país politicamente.

O Presidente Yushchenko deve encontrar-se com Vladimir Putin em 12 de fevereiro. Ele espera encontrar meios para solucionar os problemas entre os dois países.

Tradução de artigo originalmente publicado em *Bridges Weekly Trade News Digest* Vol. 12, No. 3, 30 jan. 2008.

### **Empresas devem compartilhar patentes ambientais**

Em parceria com o Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (WBCSD, sigla em inglês), diversas empresas criaram o *Eco-Patent Commons*, cujo objetivo é compartilhar o acesso a patentes consideradas benéficas ao meio-ambiente. Trata-se de um mecanismo por meio do qual as empresas registram e oferecem livre acesso a técnicas patenteadas benéficas ao meio-ambiente, tais como redução de desperdício, conservação de energia ou água e aumento da reciclagem.

IBM, Nokia, Sony e Pitney Bowles são as quatro primeiras empresas a participar do *Eco-Patent Commons*. Elas doaram, em conjunto, 31 patentes. A IBM doou a patente de uma nova técnica de empacotamento que utiliza papelão ondulado, ao invés de produtos à base de isopor para proteger componentes eletrônicos durante o frete, ao passo que a Nokia doou a patente de um processo de conversão de componentes descartados de celulares em equipamentos eletrônicos novos.

A iniciativa tem como objetivos centrais reduzir as barreiras criadas por direitos de propriedade intelectual à transferência de tecnologia entre empresas e países e facilitar o acesso a tais informações, principalmente

por parte de países em desenvolvimento. Os participantes do *Eco-Patent Commons* esperam que os pesquisadores e a indústria sejam incentivados a criar, utilizar e desenvolver processos de uma forma responsável com relação ao meio-ambiente, de modo similar ao funcionamento da comunidade *software* livre.

Graham Dutfield, professor de Governança Internacional na Universidade de Leeds, mostrou-se preocupado. Ele questiona se as patentes das quais as empresas estão abrindo mão são, de fato, invenções originais. Em sinais de otimismo, entretanto, Dutfield afirmou que se as empresas envolvidas realmente levarem a iniciativa a sério, os resultados podem ser muito positivos.

Tradução e adaptação de artigo originalmente publicado em *Bridges Trade BioRes*, Vol. 8, No. 1, 25 jan. 2008.

## **BREVES INFORMES REGIONAIS**

### **China expande negociações comerciais com Chile e Peru**

Entre os dias 14 e 17 de janeiro, foram realizadas a V Rodada de Negociações sobre Comércio de Serviços e Investimentos e a II Comissão de Livre Comércio, ambas no marco do Tratado de Livre Comércio (TLC) entre Chile e China. Essas reuniões marcaram o interesse de ambos os países em celebrar um acordo bilateral que visa a fomentar a participação de pequenas e médias empresas no comércio bilateral.

#### **Aprofundamento do TLC Chile-China**

A V Rodada de Negociações sobre Comércio de Serviços e Investimentos é parte da segunda fase de aprofundamento do TLC vigente entre Chile e China desde 1º de outubro de 2006. Essa fase teve início há um ano em Pequim e resulta da aplicação do artigo 120 do TLC.

O Chile tem especial interesse em um acordo que regulamente serviços e investimentos, áreas fundamentais para a concretização de sua campanha "Chile país plataforma", cujo objetivo é incentivar empresas estrangeiras a fixarem-se no território chileno, a partir de onde realizariam seus negócios com os demais países da região.

## Incentivo a pequenas e médias empresas chilenas

A II reunião da Comissão de Livre Comércio, por sua vez, ateu-se à análise de temas relacionados a barreiras técnicas ao comércio, medidas sanitárias e fitossanitárias e ao comércio de bens e assuntos aduaneiros. A sessão teve como foco o anúncio da assinatura de um convênio bilateral entre os dois países, cujo objetivo será incentivar a participação de pequenas e médias empresas no comércio bilateral, já que sua presença, até o momento, é pouco significativa.

Sobre esse tema, o Presidente da Câmara de Comércio Chile-China, Cristóbal Cargía, criticou os pequenos empresários chilenos por não terem aproveitado as oportunidades oferecidas pelo acordo comercial com a China.

## Os impactos do TLC Chile-China

As informações da Direção Geral de Relações Econômicas Internacionais do Chile (DIRECON) apontam que, ainda que sejam 461 as empresas que exportam para a China, apenas duas delas concentram 54% dos embarques. Além disso, sete empresas mineradoras e duas de celulose representam 82% dos envios e 95% das exportações são realizadas por apenas 25 empresas.

No que tange ao comércio entre os dois países, a China tomou o lugar dos Estados Unidos da América (EUA) como principal destino das exportações chilenas, sendo responsável por 15% do total das remessas chilenas. Assim, segundo a DIRECON, o intercâmbio comercial entre os países registrou um aumento de 80% desde a assinatura do TLC e a relação é superavitária para o Chile: números preliminares para o ano de 2007 indicam que as exportações ultrapassaram US\$ 10 bilhões, enquanto as importações alcançaram quase US\$ 5 bilhões.

Em relação aos produtos chilenos exportados, o setor minerador de cobre domina o mercado, com 85% do total das exportações para a China, seguido à distância pelo setor industrial, com 14,5%, e pelo setor agrícola, com apenas 0,6%. Dessa forma, desconsiderada a atuação do setor minerador, as exportações para China caem e tornam a relação comercial deficitária para o Chile.

## Início das negociações entre China e Peru

A visita chinesa ao continente sul-americano não parou no Chile. Na semana seguinte às reuniões realizadas neste país, entre os dias 19 e 23 de janeiro, iniciou-se

a I Rodada de Negociações para a celebração de um acordo de livre comércio entre a China e o Peru.

A China é, atualmente, o segundo sócio comercial do Peru e o terceiro destino das exportações peruanas. Os principais produtos exportados pelo Peru para a China são os da indústria pesqueira e mineradora.

O Peru espera que todas as negociações sejam finalizadas até o final do ano e que o acordo esteja pronto para ser assinado pelos chefes de Estado na ocasião da realização da Cúpula de Líderes do Foro de Cooperação Ásia-Pacífico (APEC, sigla em inglês), em Lima. A intenção do país é abrir o mercado chinês para outros produtos da agroindústria, avicultura, manufatura e serviços, que ainda não são exportados ao continente asiático.

Nesse primeiro encontro, foram definidos três pacotes de desgravação, cujos prazos para implementação são de zero, cinco e dez anos. A segunda rodada de negociações entre os países deverá ocorrer entre os dias 3 e 7 de março, quando haverá troca das listas de ofertas tarifárias para determinar o processo de desgravação bilateral.

Redação, tradução e adaptação de artigo originalmente publicado em *Puentes Quincenal*, v. 5, n. 2, 29 jan. 2008.

Fontes consultadas:

Ministerio de Relaciones Exteriores del Perú. *Relaciones con los países de Asia e la Cuenca del Pacífico*. Disponível em: <<http://www.rree.gob.pe/portal/Pbilateral.nsf/Selecc?OpenForm&param=Asia>>. Acesso em: 01 fev. 2008.

El Comercio. *Perú y China avanzan en primera ronda*. Disponível em: <<http://www.elcomerciope.com.pe/edicionimpresa/Html/2008-01-23/peru-y-china-avanzan-primera-ronda.html>>. Acesso em: 01 fev. 2008.

Diario La República. *TLC com China estaria listo este año*. Disponível em: <<http://www.larepublica.com.pe/content/view/200160/484/>>. Acesso em: 01 fev. 2008.

---

**EVENTOS**


---

**Fóruns Multilaterais**
**OMC**

Local: Genebra, Suíça.

Informações:

<[http://www.wto.org/meets\\_public/meets\\_e.pdf](http://www.wto.org/meets_public/meets_e.pdf)>.

11 e 13 de fevereiro

Órgão de Revisão de Políticas Comerciais - México

15 de fevereiro

Curso de Introdução à OMC

Reunião do Órgão de Solução de Disputas

18 e 20 de fevereiro

Reunião do Grupo de Trabalho sobre a Facilitação do Comércio

19 de fevereiro

Reunião do Órgão de Solução de Disputas

**ONU**

Local: Nova Iorque, EUA

Informações: <<http://www.un.org/esa/meeting.htm>>.

5 a 8 de fevereiro

Reunião do Conselho Econômico e Social

6 a 15 de fevereiro

Reunião da Comissão para o Desenvolvimento Social

**UNCTAD**

12 a 13 de fevereiro

12ª sessão da Comissão sobre Investimentos, Tecnologia e Assuntos Financeiros Relacionados

Local: Genebra, Suíça.

14 a 15 de fevereiro e 18 a 25 de fevereiro

Processo Preparatório para UNCTAD XII

Local: Genebra, Suíça.

---

**Fóruns Regionais**
**OCDE**

Informações:

<[http://www.oecd.org/document/49/0,3343,en\\_2649\\_201185\\_32618737\\_1\\_1\\_1\\_1,00.html](http://www.oecd.org/document/49/0,3343,en_2649_201185_32618737_1_1_1_1,00.html)>.

13 de fevereiro

Reunião sobre transferência de fundos de imigrantes latino-americanos, organizada em parceria com o Banco Mundial

Local: Paris, França.

14 de fevereiro

Relatório de 2007 do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento sobre Cooperação para o Desenvolvimento

15 de fevereiro

Conferência sobre Nova Legislação Tributária Chinesa

18 e 19 de fevereiro

Fórum "Parcerias para Habilidades e Competitividade"

Local: Viena, Áustria.

**CEPAL**

Informações:

<<http://www.eclac.org/noticias/calendarioactividades/default.asp?mes=12&agno=2007>>.

11 de fevereiro

IV Encontro Regional sobre a Mediação da Sociedade da Informação

---

**INFORMAÇÕES ÚTEIS**


---

**Novas regras para exportação de carne brasileira à Rússia**

Acordo fitossanitário, assinado em 18 de janeiro por autoridades russas e brasileiras, estabelece novas regras de inspeção e certificação para a importação de carne brasileira à Rússia. O produto deverá, a partir de agora, conter um certificado de qualidade e uma embalagem com indicações de que cumpre as exigências daquele país. O Brasil deverá enviar quinzenalmente certificados em forma eletrônica que comprovem a certificação das peças exportadas antes mesmo de sua chegada aos portos russos. A adoção de tal medida é motivada pela suspeita de que parte da carne vendida como brasileira era, na verdade, proveniente de outros países. Mais informações em: <[http://www.netcomex.com.br/noticias.asp?id\\_noticia=6765&id\\_secao=11&id\\_tipo\\_noticia=1](http://www.netcomex.com.br/noticias.asp?id_noticia=6765&id_secao=11&id_tipo_noticia=1)>.

**Reta Final para modalidades na Rodada de Doha**

Pascal Lamy, Diretor-Geral da OMC, declarou no último relatório para o Conselho Geral que as negociações estariam na reta final para o estabelecimento de modalidades (termo técnico usado para definir mecanismos de redução de barreiras). Com a breve circulação das propostas finais pelos Ministros da Agricultura, a previsão é que as negociações sejam concluídas até o final desse ano. Com isso, segundo Lamy, mantém-se a determinação de seguir o calendário estipulado em Doha e Hong Kong, e a esperança sobre os resultados positivos da Rodada. Para maiores informações, acesse: <[http://www.wto.org/english/news\\_e/news08\\_e/tnc\\_chair\\_report\\_feb08\\_e.htm](http://www.wto.org/english/news_e/news08_e/tnc_chair_report_feb08_e.htm)>.

### **China perto da liderança em competitividade tecnológica**

Um estudo comparativo, financiado pela *National Science Foundation*, sobre competitividade dos países mais industrializados, revelou a superioridade da China em relação aos seus maiores rivais comerciais. O país, que em 1996 estava muito atrás de Japão e Alemanha, em breve deve ultrapassar o gigante Estados Unidos, líder desde a Segunda Guerra, tornando-se o principal motor da economia mundial. Em um momento em que a economia estadunidense dá sinais de recessão, a previsão é de que o avanço chinês na direção do investimento em pesquisa e tecnologia seja ainda maior nos próximos anos. Para maiores informações acesse: <[www.tpac.gatech.edu/hti.php](http://www.tpac.gatech.edu/hti.php)>

### **IV Simpósio Internacional de Biotecnologia**

Promovido pela Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Fundetec), o IV Simpósio Internacional de Biotecnologia ocorrerá nos dias 21 e 22 de fevereiro, em Cascavel (PR). O evento tem como tema principal "Biotecnologia agroalimentar, veterinária, agroambiental e ambiental voltados para oportunidades de negócios, intercâmbio e inovação". O objetivo é atender a demanda de empresários, técnicos e pesquisadores do Canadá, Chile, Espanha e Brasil no que se refere ao desenvolvimento de relações de negócios internacionais no setor de biotecnologia. Para mais informações sobre o Simpósio, acesse: <[www.fundetec.org.br](http://www.fundetec.org.br)>.

### **VI Simpósio Brasileiro de Engenharia Ambiental**

O VI Simpósio Brasileiro de Engenharia Ambiental, cujo tema central neste ano é "Renovando o planeta", ocorrerá de 30 de abril a 3 de maio, na cidade de Serra Negra (SP). O evento é promovido pela Associação Brasileira de Engenharia Ambiental (Asbea) e pela Faculdade Municipal Professor Franco Montoro. O Simpósio contará com a presença de especialistas nos seguintes temas: aquecimento global, recursos

energéticos mundiais, seqüestro de carbono e criação e evolução do ensino em engenharia ambiental no Brasil. A programação do evento e outras informações podem ser acessadas em: <[www.visbea.com.br](http://www.visbea.com.br)>.

### **Pós-doutorado no Canadá**

O governo canadense está oferecendo bolsas para pesquisa de pós-doutorado para brasileiros, com duração de um ano, dentro do Programa de Bolsas para Pesquisa de Pós-Doutorado. Os estudos devem ser desenvolvidos nas áreas de humanas, ciências sociais, ciências naturais e engenharia. Será dada prioridade a candidatos que nunca receberam bolsas do governo canadense para estudar no país. O valor total da bolsa de estudo é de 32 mil dólares canadenses. A documentação exigida deve ser encaminhada até 4 de março de 2008. Para mais informações sobre o programa, acesse: <[http://www.canadainternacional.gc.ca/brazil/highlights\\_atualites/Doutorado.aspx?lang=pt&highlights\\_file=ta\\_rget=>](http://www.canadainternacional.gc.ca/brazil/highlights_atualites/Doutorado.aspx?lang=pt&highlights_file=ta_rget=>)>, ou envie e-mail para: <[academic.bsb@international.gc.ca](mailto:academic.bsb@international.gc.ca)>.

### **Inscrições abertas para intercâmbio na Alemanha**

Estão abertas as inscrições para concorrer a bolsas de estudo na Alemanha. As bolsas são financiadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação (Capes/MEC), pelo Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (DAAD) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O período de inscrições se estende até 29 de fevereiro e compreende bolsas para doutorado (um ano e meio), doutorado-sanduiche (um ano). Os interessados devem apresentar plano de estudo e confirmação de orientação científica na Alemanha. A bolsa prevê a realização de um curso intensivo de língua alemã de até seis meses antes do início do programa acadêmico, além de incluir seguro saúde e passagem aérea de ida e volta. Para saber mais informações, acesse: <[http://www.capes.gov.br/editais/abertos/bolsas\\_daad.html](http://www.capes.gov.br/editais/abertos/bolsas_daad.html)>.

### **Embaixada do Japão oferece bolsa de treinamento para professores**

A Embaixada do Japão está oferecendo bolsas de treinamento para professores, coordenadores ou diretores de Ensino Fundamental e/ou Médio. Os selecionados devem ter interesse em realizar pesquisas relacionadas à educação em universidades japonesas e serão contemplados com uma bolsa mensal no valor de R\$ 2.700,00. As inscrições são gratuitas e se estendem de 14 de janeiro a 15 de fevereiro de 2008. O processo seletivo contará com um

exame de línguas (22 de fevereiro) e uma entrevista (28 de fevereiro). Para mais informações, acesse: <[http://www.sp.br.emb-japan.go.jp/pt/cultura\\_bolsa1.htm](http://www.sp.br.emb-japan.go.jp/pt/cultura_bolsa1.htm)>, ou envie e-mail para <[cgj-cultural5@arcstar.com.br](mailto:cgj-cultural5@arcstar.com.br)>.

### Conferência sobre mudanças globais

Estão abertas as inscrições para a conferência “Global Changes: Vulnerability, Mitigation and Adaptation”, a ser realizada nos dias 18 e 19 de abril em Sofia, na Bulgária. Tal conferência tem por objetivo a discussão multidisciplinar de temas relacionados às mudanças globais, tais quais questões ambientais, análise de riscos, questões sócio-econômicas e elaboração de respostas regionais às mudanças globais. As inscrições devem ser feitas até o dia 15 de fevereiro, sendo a taxa de inscrição de 50 Euros. Para mais informações, acesse o site: <[www.uni-sofia.bg](http://www.uni-sofia.bg)>, ou envie mensagem para <[conference@gea-uni-sofia.bg](mailto:conference@gea-uni-sofia.bg)>.

Edições anteriores de **PONTES Quinzenal** podem ser acessadas em: [http://www.ictsd.org/pont\\_quinze/archive.htm](http://www.ictsd.org/pont_quinze/archive.htm)

PONTES é publicado pelo Centro Internacional para o Comércio e o Desenvolvimento Sustentável (ICTSD) e pela Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (DireitoGV).

ICTSD é uma organização independente e sem fins lucrativos com sede em Genebra, Suíça, tel: (41-22) 917-8492; fax: 917-8093. Trechos de **PONTES Quinzenal** podem ser usados em outras publicações se forem citados de forma apropriada. Comentários e sugestões serão bem vindos e podem ser enviados para [pontes@ictsd.ch](mailto:pontes@ictsd.ch).

*A produção de PONTES Quinzenal tem sido possível graças ao apoio generoso da Agência suíça para o desenvolvimento.*

